

Margem

Informativo das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão dos Territórios 01 (Rio Casca e Adjacências) e 02 (Parque Estadual do Rio Doce e sua Zona de Amortecimento)



EDITORIAL

Mudanças seguem um tempo pouco previsível. Para quem vive os desdobramentos causados por rompimentos de barragens, ter que buscar na memória como era a vida ao seu redor há quase 10 anos tem sido uma forma de reencontro consigo.

Nesta edição, convidamos você a conhecer os relatos de quem faz da voz sua principal ferramenta de luta. São histórias de pessoas que contam com a saudade de como era a vida antes do dia 5 de novembro de 2015, mas também com a solidez do caminho construído coletivamente, através da participação, dos desafios e da garra de quem busca uma reparação realmente integral e justa.

Nesta edição, você irá saber mais sobre os desafios e avanços do Acordo da Repactuação, a importância das formações e da organização das comunidades atingidas, as histórias de quem vive nessas terras e a luta das mulheres pelo acesso aos recursos do Programa para Mulheres. Vamos juntos(as)?

EXPEDIENTE

Jornalista responsável:
Tainara Torres 22555/MG

Textos:
Júlia Militão e Thalita Rody

Diagramação/Projeto gráfico:
Miguel Araujo

Imagens:
Júlia Militão, Marcelo Rolim, Miguel Araujo, Pedro Henrique Caldas e Tainara Torres

Foto de capa:
Tainara Torres

Revisão:
Ana Paula Alves, Juliana Veloso e Tainara Torres

Revisão ortográfica e Copidesque:
Daniela Soledad e Thalita Rody

Coordenação de Comunicação:
Tainara Torres

Coordenação Colegiada do Projeto de ATI:
Ana Paula Alves, Geisiane Lima e Lucimere Leão

Tiragem: 2.500

Cáritas Diocesana de Itabira
CNPJ: 20962437/0001-13

Endereço: Rua Padre Hildebrando de Freitas, nº135, Vila Tanque, João Monlevade/MG

Sede administrativa da Assessoria Técnica Independente
Endereço: Rua Trinta e Oito, 32. Vila dos Técnicos. Timóteo - MG.

Prezados e Prezadas,

Nesses quase dez anos do rompimento da barragem de Fundão, a Cáritas Diocesana de Itabira manifesta solidariedade a todas as pessoas atingidas que continuam na luta pela Reparação Integral e Justa em todos esses anos.

Reafirmamos nosso compromisso como ATI, ouvindo e ao mesmo tempo levando informações qualificadas em todas as 121 comunidades, dos 13 municípios dos territórios de Rio Casca e Adjacências e do Parque Estadual do Rio Doce e sua Zona de Amortecimento.

Mesmo após a assinatura do Acordo da Repactuação, a auto-organização de vocês continua necessária para acessarem as medidas, ações e programas reparatórios em todos os níveis estabelecidos.

Estaremos ao lado de vocês sendo ferramenta, apoio e prestando assessoramento em todas as etapas do processo e reforçamos que a Assessoria Técnica Independente é um direito de vocês.

São dez anos de resiliência, de luta, de organização, de busca pela participação e pela Justiça.

Agradecemos a acolhida dos territórios e continuaremos juntos (as).

Contem conosco e recebam nosso abraço.

Atenciosamente, Coordenação Colegiada ATI Cáritas Diocesana de Itabira

DIÁLOGO

Auto-organização das pessoas atingidas fortalece a busca por direitos

Você conhece a expressão popular: **“Companheira, me ajude, que eu não posso andar só. Eu, sozinha, ando bem, mas com você, ando melhor”**? Quando uma pessoa, sozinha, decide se movimentar para buscar melhorias de vida - seja para um grupo de trabalhadores(as), para a sua vizinhança, o seu bairro ou a população da sua cidade - é possível que ela alcance resultados. Porém, agir isoladamente também pode gerar sentimentos de impotência e desânimo, tornando a luta mais difícil.

Por isso a **organização popular** é importante. Ela surge quando cidadãos e cidadãs que vivenciam determinado conflito social e se sentem insatisfeitos(as) se alinham para lutar a favor de uma mesma causa. A partir de diferentes pontos de vista, histórias, ideais, forças e motivações, esses grupos - quando organizados - contribuem para o exercício da democracia e para que os desejos e as demandas do coletivo sejam atendidos.

Desde 2023, com a formação das Comissões Locais Territoriais, as pessoas atingidas de Rio Casca e Adjacências (T01) e do Parque Estadual do Rio Doce e sua Zona de Amortecimento (T02) vêm se organizando coletivamente em busca de seus direitos no processo de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão.

Os danos não são os mesmos para todas as pessoas. Ainda assim, representantes das pessoas atingidas dos **13 municípios** assessorados pela Cáritas Diocesana de Itabira dedicam seu tempo, fôlego e força para participar das diversas reuniões, apresentar as demandas coletivas da comunidade e defender os direitos de todos(as) ao acesso à informação e à participação.

Bom Jesus do Galho, Caratinga, Córrego Novo, Dionísio, Marliéria, Pingo d'Água, Raul Soares, Rio Casca, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sem-Peixe e Timóteo.

“As Comissões são muito importantes para cada território. Juntos, representamos nossos municípios. Não existe ninguém que saiba mais do nosso município do que uma pessoa que mora nele. Eu sei a necessidade que meu município enfrenta e sei que cada um que está na Comissão também está em busca desse mesmo propósito. Quando juntam as Comissões do Território 01 e do 02, ficamos ainda mais fortes. Por isso, essa organização é muito importante. Juntos, nós estamos atrás de respostas e de propostas que sejam boas para cada município”, relata Camila Siqueira, moradora atingida de Sem-Peixe, no Território 01.

“Hoje eu vejo que depois que a Cáritas começou a atuar no nosso território, tudo foi se tornando mais claro. A partir das formações das Comissões Territoriais, legitimadas, o território começou a ter mais ênfase, pois temos uma assessoria que nos representa junto ao governo, apresentando nossas demandas. O bom das Comissões organizadas é que o grupo fica bem fortalecido para caminhar adiante. Sendo assim, acredito que todos estarão preparados

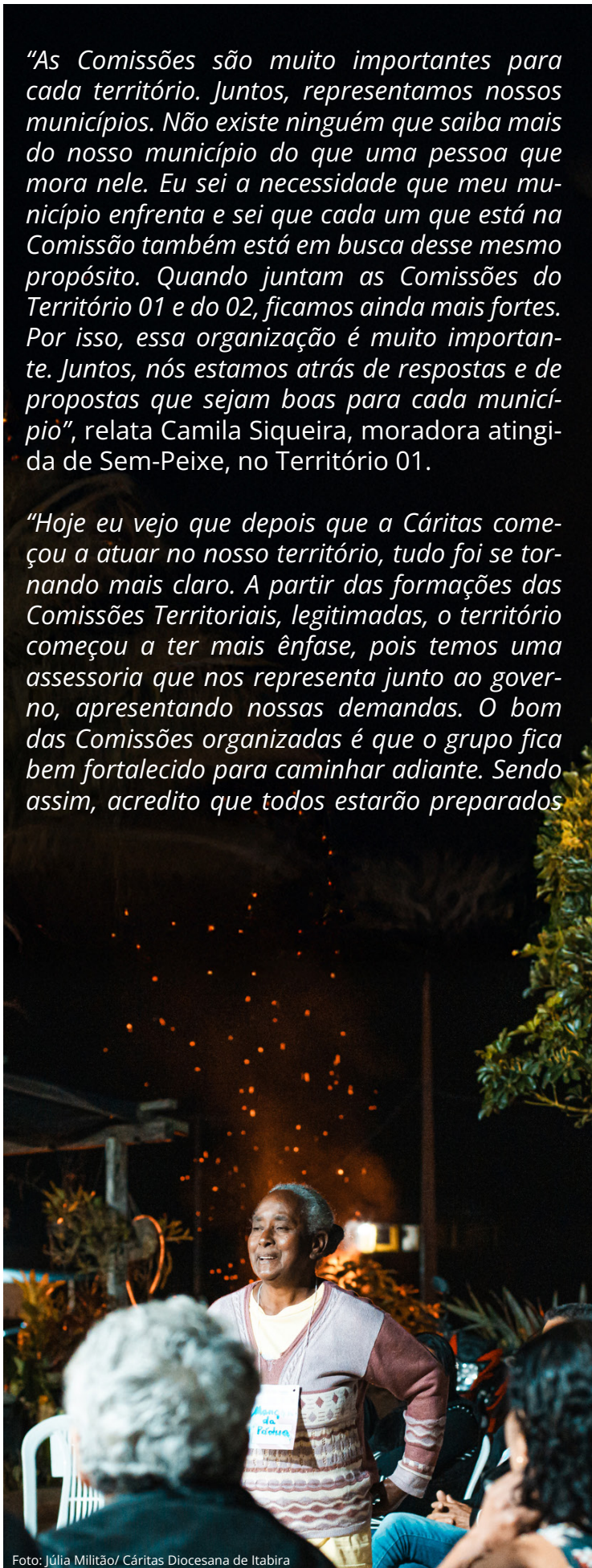


Foto: Júlia Militão/ Cáritas Diocesana de Itabira

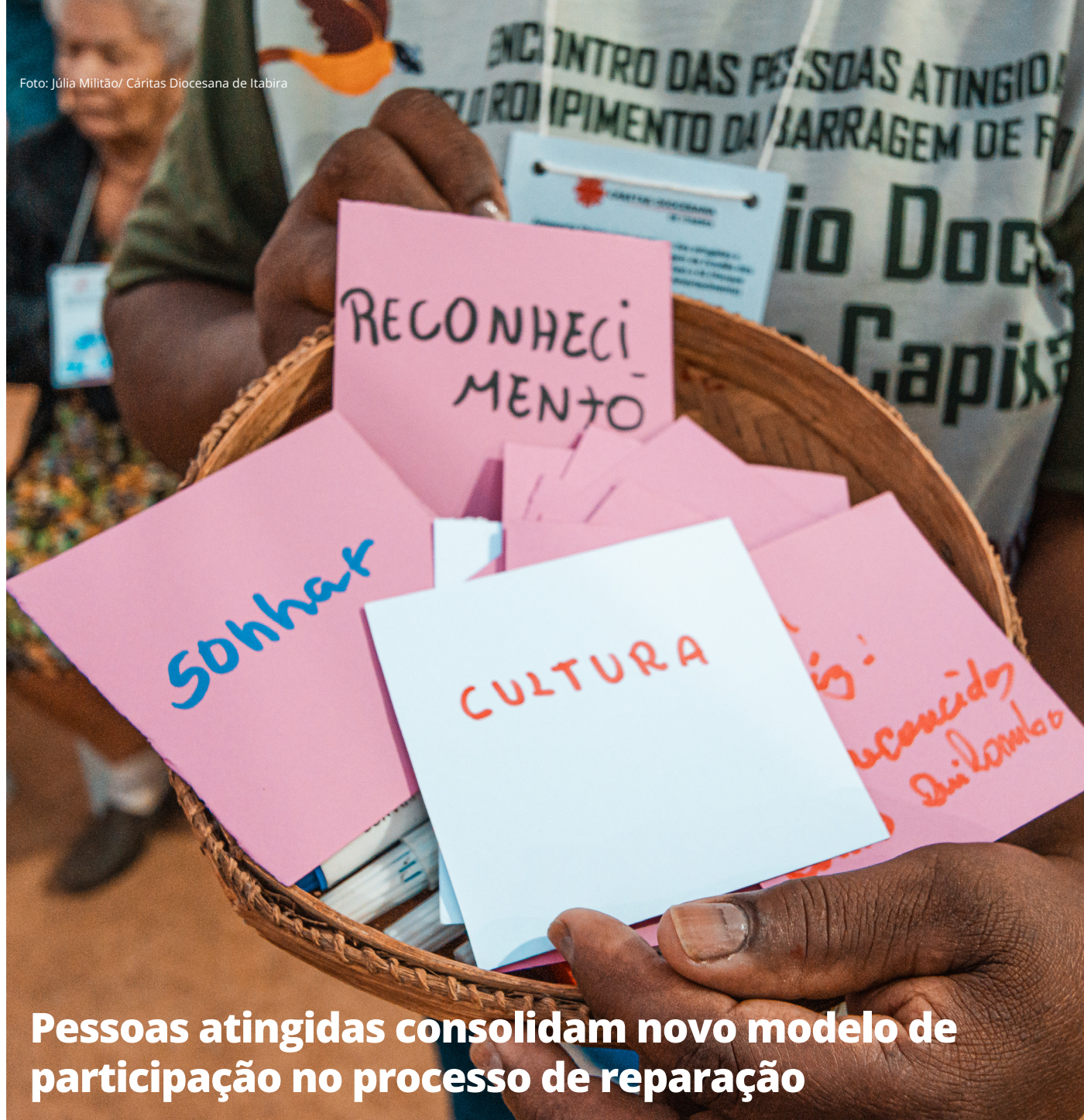
para opinar sobre o que será bom para o atingido, dentro da realidade de cada território. Por isso, essa nossa organização é de suma importância para o bem-estar da comunidade”, pontua Juventina Avelina, moradora atingida de Cava Grande, distrito de Marliéria, no Território 02.

“Ter a oportunidade de chegar e falar, relatar e ver que as coisas podem ser difíceis, mas nós ainda temos esperança de que alguma coisa possa mudar. O importante é que, hoje, cada município tem a sua Comissão reconhecida e essa Comissão está mais forte. Não iremos nos deixar ser abalados; juntos, somos mais fortes e, juntos, continuaremos nessa luta”, também ressalta Camila.

O processo de auto-organização é fortalecido pelo apoio da Assessoria Técnica Independente. Ela mobiliza as comunidades, incentiva a participação das pessoas atingidas e constrói espaços participativos como reuniões, oficinas, assembleias, Grupos de Base, entre outros formatos. Também realiza atendimentos de demandas, media as reivindicações apresentadas pelas pessoas atingidas junto às Instituições de Justiça e aos governos federal e estadual. Tudo isso torna a luta coletiva ainda mais potente. Nesses espaços, as pessoas atingidas apresentam suas angústias, mas também exercem o “esperançar” – na luta, na ação e no processo cotidiano de formação. Organizadas em coletivo, buscam um processo justo de reparação.



Foto: Pedro Henrique Caldas/ Cáritas Diocesana de Itabira



Pessoas atingidas consolidam novo modelo de participação no processo de reparação

Desde 2018, com a implementação do Termo de Ajustamento de Conduta relativo à Governança (TAC-Gov), já se apresentava a necessidade de criar mecanismos para garantir a participação das pessoas atingidas nas ações de reparação.

Em 2023, com o apoio das Assessorias Técnicas Independentes e a consolidação das Comissões Locais Municipais e Territoriais, as pessoas escolhidas para representar seus territórios passaram a participar de diversos espaços de diálogo, formação e construção. Porém, foi somente em agosto de 2024 que ocorreu o Encontro das Pessoas Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão - Bacia do Rio Doce e Litoral Norte Capixaba.

O encontro reuniu cerca de 600 pessoas atingidas, em Belo Horizonte, para escolher seus representantes no campo de Governança e Participação Social. Esse foi o processo final de consolidação do que estava previsto no TAC-Gov. Assim, as 72 vagas - divididas entre Comitê Interfederativo (CIF), Fórum de Observadores, Conselho Consultivo e Curador da Fundação Renova, Câmaras Técnicas - foram preenchidas por meio de votação entre as próprias pessoas atingidas que estiveram presentes no evento.

Para Conceição de Pádua, moradora atingida de São Domingos do Prata: *"A nossa participação nos espaços de decisão é muito importante. Fomos eleitos pelo povo, escolhidos pra*

lutar em prol de todos os atingidos da Bacia do Rio Doce. Temos que fazer valer nossos direitos, mesmo não sendo fácil. Nos espaços que ocupamos, participar das reuniões, é uma responsabilidade muito grande pra todos nós”.

A partir do encontro, as pessoas atingidas finalmente poderiam participar dos debates, votar e deliberar sobre as ações realizadas pela reparação integral dos danos causados pelo rompimento. No entanto, o Acordo de Repactuação estabeleceu um novo formato para a participação e o controle social das ações pela reparação.

Desta forma, atualmente, o Conselho Federal de Participação Social, previsto no Anexo 6 do Acordo, foi criado para fortalecer o controle social. Ele tem como objetivos informar as pessoas atingidas sobre as ações do Governo Federal; monitorar e fiscalizar sua execução e deliberar sobre os projetos comunitários do Fundo de Participação Social, que conta com orçamento de 5 bilhões de reais.



Foto: Miguel Araújo/ Cáritas Diocesana de Itabira

O Conselho Federal é composto por 36 pessoas, tendo o mesmo número de representantes de órgãos governamentais (18) e da sociedade civil (18). A representação da sociedade civil se organizou da seguinte forma:



Foto: Pedro Henrique Caldas/ Cáritas Diocesana de Itabira

- ✦ 11 representantes das Comissões Locais Territoriais;
- ✦ 1 representante de povos indígenas;
- ✦ 1 representante de comunidades quilombolas;
- ✦ 1 representante de Povos e Comunidades Tradicionais;
- ✦ 4 representantes de movimentos sociais ou organizações com atuação reconhecida na Bacia do Rio Doce e Litoral Norte Capixaba.

Cada um dos 18 representantes da sociedade civil terá direito a uma pessoa suplente, que assumirá em caso de ausência.

Nos Territórios 01 e 02 foram eleitas duas pessoas para o Agrupamento Territorial nº 04 do Conselho Federal de Participação Social: Conceição de Pádua (T01) e Felipe Go-

dói (T02). Esses dois representantes serão responsáveis por repassar as informações à Articulação de Atingidos(as) e às Comissões Locais Municipais e Territoriais, além de levar as demandas das pessoas atingidas para debate nesse Conselho.

Além da instância federal, as pessoas atingidas apontam a necessidade da criação de Conselhos Estaduais e maior participação nos Conselhos Municipais, para possibilitar um controle social mais amplo e qualificado.

“Espero que, no processo de reparação, as pessoas atingidas sejam vistas, que sejam reparadas. Estamos vivendo momentos difíceis, mas com as trocas de experiências a gente ganha forças. Temos que lutar, sim, e entender o que está acontecendo e o que está para acontecer. Eu tenho uma convicção, apesar de ter se passado tanto tempo, de que nós, atingidos, podemos encontrar um meio de reforçar nossa luta”, completou Conceição.



Formações realizadas pela ATI auxiliam no combate à desinformação e na transformação social das comunidades atingidas

Antes da chegada da Assessoria Técnica Independente aos 13 municípios atendidos, os dois territórios atingidos, formados por essas regiões, eram considerados, pelas Instituições de Justiça, como uma “zona cinzenta”. Isso significava que era uma região em que poucas pessoas tinham acesso às informações sobre as medidas de reparação ou tinham suas realidades conhecidas. Na prática, um número expressivo de pessoas atingidas não conseguiu realizar o cadastro nem acessar os programas de indenização.

O Boletim Técnico nº 1, com dados do Registro Familiar (RF), por exemplo, aponta que apenas 3% dos 982 participantes relataram que alguém de seu núcleo conseguiu acessar o Programa de Cadastro (PG01). Por essa razão, desde o início das atividades, a ATI tem se empenhado em garantir que as pessoas atingidas tenham acesso às informações, tirem suas dúvidas, conheçam seus direitos e recebam o apoio necessário para buscar por eles.

Assim, além das reuniões participativas, dos atendimentos de demandas individuais, das Rodas de Diálogo e dos Grupos de Base (GBs), foram realizados também alguns cursos de formação. Esses cursos possibilitam que as pessoas atingidas estejam informadas e preparadas para apoiar suas comunidades, dialogar sobre o processo de reparação, fiscalizar as ações e reivindicar seus direitos.

De acordo com Maria de Fátima Silva, moradora atingida de São José do Goiabal:

“Os cursos auxiliam as pessoas nas informações, tanto nos direitos como atingidos, como, também, na cidadania. As pessoas aprendem que elas têm os direitos, de fala, de estar presente. Está sendo muito produtivo, porque quando se fala de direitos, vêm também os deveres e as obrigações. É um crescimento, uma sabedoria que, uma vez pronta, ninguém tira de ninguém. As pessoas estão tendo mais confiança nas falas, estão aproveitando esse momento do curso pra aprender, pra saber mais





a forma de reivindicar, por quê reivindicar, como reivindicar, onde reivindicar. É uma coisa que empodera as pessoas”.

Já Helena dos Reis, moradora atingida de Revés do Belém (Bom Jesus do Galho), ressalta a importância dos momentos de interação entre as pessoas atingidas, possibilitados por esses encontros. Ela observou *“que as pessoas gostam de trocar ideias e, nos cursos, temos este tempo de interagir e aprender mais com vocês nos auxiliando”.*

De acordo com Amanda Cleomara, coordenadora da Equipe de Governança e Controle Social da ATI: *“as formações oferecidas pela assessoria desempenham papel relevante no fortalecimento das comunidades que assessoramos ao longo desses dois anos de atuação nos territórios. Essas formações, voltadas para públicos diversos – crianças, adolescentes, jovens, adultos(as) e idosos(as) – consolidaram processos de participação social, fortalecendo a autonomia, a auto-organização e a democracia coletiva, princípios norteadores do desenvolvimento comunitário”.*

As formações desenvolvidas pela ATI incluem:

Curso de formação em Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA): dividido em quatro módulos, foi realizado junto às Comissões Locais Muni-

cipais no ano de 2024 e, também, foi aplicado com as comunidades atingidas dos 13 municípios assessorados, entre junho e agosto deste ano.

Nele, a ATI abordou o processo de reparação da Bacia do Rio Doce a partir de situações do cotidiano das pessoas atingidas. Os temas abordados incentivaram diálogos sobre direitos humanos, estrutura do Estado Brasileiro, participação popular e o exercício da cidadania, modos de vida em comunidade e elaboração de instrumentos jurídicos. A atividade teve como objetivo informar às pessoas atingidas sobre seus direitos e os caminhos necessários para sua efetivação.

Oficinas com estudantes de escolas dos Territórios atingidos: realizadas com crianças e adolescentes de escolas dos municípios atingidos. Elas tiveram como objetivo garantir que esses grupos, geralmente invisibilizados no processo de reparação, também participem e estejam informados sobre seus direitos. Durante as oficinas, a ATI dialogou sobre o rompimento e os danos que as famílias sofreram e ainda sofrem.

Oficinas de Elaboração Participativa de Projetos: essas atividades tiveram como objetivo orientar as pessoas atingidas na construção de propostas de projetos comunitários para edi-

tais. Realizadas em 2024 e 2025, as oficinas contaram com mais de 230 participações dos Territórios 01 e 02, entre organizações formais e informais, como representantes de associações comunitárias, grupos da agricultura familiar, iniciativas de artesanato, coletivos de proteção social, sindicatos e comunidades quilombolas.

Oficinas de Comunicadores Populares: foram aplicadas duas atividades diferentes em relação à comunicação popular. Em um primeiro momento, a ATI dialogou com as Comissões Locais Territoriais sobre fake news (notícias falsas) e sobre o uso de e-mail. A proposta era fortalecer o papel das pessoas atingidas que representam seus municípios e territórios, ressaltando a importância de cada representante na replicação de informações para as demais pessoas atingidas.

No segundo momento, a ATI promoveu uma oficina com estudantes da Escola Quilombola do Surrão. Nela, foram apresentadas as ferramentas para a construção de um documentário, como elaboração de roteiro, realização de entrevista, técnicas de captação etc. Essa atividade teve como objetivo auxiliar os(as) adolescentes a construir materiais que narrem a história de sua comunidade.

Amanda Cleomara afirma que esses momentos formativos *“trouxeram empoderamento às comunidades, fornecendo conhecimento e ferramentas para que compreendam seus direitos e*

possam lutar por reparações de forma mais efetiva e participativa”. Além disso, ela ressalta que as formações atuam no combate à desinformação e fortalecem a defesa de direitos humanos básicos, pois *“muitas vezes, esses grupos não têm acesso a informações claras sobre seus direitos ou sobre os processos envolvidos na reparação de danos, o que torna essas atividades ainda mais essenciais”*.



Fotos: Pedro Henrique Caldas/ Cáritas Diocesana de Itabira

Mulheres de luta: protagonismo nos espaços participativos fortalece a busca por igualdade no processo de reparação

Desde o rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, a luta das pessoas atingidas tem sido construída coletivamente e liderada por mulheres, que resistem e denunciam as formas como elas e suas comunidades foram atingidas. Nos Territórios 01 e 02, em maioria, são elas que estão à frente das Comissões: 54,2% de representantes no Território 01, e no Território 02 elas representam 58,6% das lideranças.

Nos rostos de cada uma delas estão inscritas as suas batalhas. Há quase 10 anos, suas vidas vêm sendo atravessadas pelos rastros dos danos ambientais, econômicos, culturais e sociais que o rompimento deixou em cada território.

Para Núbia da Silva, moradora atingida da Fazenda Pirraça (São Pedro dos Ferros), ser uma mulher atingida durante todo esse tempo gera *“um sentimento de revolta diante da impunidade, ansiedade e angústia de quem*

não foi ouvido; de desesperança por saber que a vida nunca mais será a mesma”.

Aparecida Oliveira, moradora atingida de Révês do Belém (Bom Jesus do Galho), afirma que: *“É muito difícil para as mulheres da Bacia do Rio Doce, de modo geral, que estão lutando, com todas as forças, para serem reconhecidas. Trabalhamos no que podemos em casa e, depois disso tudo, é triste ver nossa saúde ir embora. Saúde de modo geral, com essa sobrecarga. Antes tínhamos uma vida pacata, não era tão difícil como está sendo agora. Tínhamos liberdade para produzir, trabalhar, cuidar dos nossos lares e, hoje, temos que lutar mais ainda como mulher atingida”*.

Aparecida Calazans, moradora atingida do Assentamento Chico Mendes II (Pingo D'Água), também afirma que as mulheres precisaram se reinventar, buscando novas alternativas para viver, já que parte das atividades que exerciam em seu cotidiano foi atingida pelo





Foto: Júlia Militão/ Cáritas Diocesana de Itabira

rompimento. Dessa forma, *“ser mulher atingida não está sendo fácil; cada dia que passa, as dificuldades só aumentam. Ver nossos direitos sendo tratados de forma banal têm nos causado muita tristeza, depressão, angústia... Não queremos só sermos representadas, queremos ter voz, queremos ser ouvidas”,* complementa.

Ao longo do processo, os danos do rompimento também foram somados a outras formas de “ser atingida” impostas às mulheres. Elas enfrentaram dificuldades de acesso ao cadastro e falta de reconhecimento dos danos sofridos, por exemplo, em suas atividades produtivas. Do mesmo modo, enfrentam o aumento da carga de trabalho, a violência de gênero e impactos na saúde.

Núbia comenta sobre o sentimento de injustiça em saber que as mulheres atingidas foram excluídas e invisibilizadas:

“Como em vários casos ocorridos, em que, na casa de uma família, todos os homens foram

indenizados e as mulheres não. Sendo que os endereços, as documentações eram as mesmas. Como explicam o ocorrido? É inadmissível, inaceitável. Será que por sermos mulheres, as nossas dores, os nossos danos - psicológicos, financeiros, físicos - foram menores que os dos homens? Óbvio que não. Merecemos reconhecimento igual”.

Aparecida Calazans ressalta que a execução do Programa de Cadastro para as mulheres apresentou inconsistências, *“considerando um modelo patriarcal na identificação dos representantes de núcleos familiares”.* Por isso, afirma que *“a luta é diária, para sermos vistas e ouvidas”.*

Programa para Mulheres abre espaço para o reconhecimento de danos à vida delas

Em 2024, as Instituições de Justiça reconheceram que as mulheres foram invisibilizadas no processo de reparação e ajuizaram uma Ação Civil Pública, para responsabilizar as empresas pelos danos causados a elas. Com

a Repactuação, essa ação, assim como todos os processos judiciais, foi encerrada. Porém, **o Acordo de Repactuação estabelece a criação do Programa para Mulheres, com a destinação de 1 bilhão de reais às mulheres atingidas, como forma de reparação às violações de gênero causadas pelo rompimento.**

Embora não se saiba, ainda, como será a destinação dos recursos, a etapa inicial do Programa para Mulheres foi planejada para o segundo semestre de 2025. Essa etapa inclui a aplicação de um formulário, desenvolvido pelas Instituições de Justiça, para que as mulheres contribuam coletivamente na construção do Programa e suas diretrizes. Nos Territórios 01 e 02, a Consulta foi realizada no dia 04 de outubro.

Natália Delfina, moradora atingida de Taquaril (São Domingos do Prata), reflete que o processo de reparação está caminhando, ainda que a passos lentos. *“Eu espero que as mulheres possam alcançar seus objetivos, sendo reconhecidas pelos seus trabalhos e pelo seu valor”.*

Há quase 10 anos, mulheres do campo e das cidades conectam suas vozes e experiências. Nessa partilha, constroem fortalezas e, a cada troca - na emergência da luta - se animam, se apoiam e se encorajam a seguir a luta com ânimo e esperança na conquista de uma **reparação justa e integral.**

“É importante seguirmos na luta para ocuparmos nossos lugares, reivindicarmos nossos direitos, alcançarmos objetivos e reconstruirmos nossas vidas. Nos vimos e nos sentimos diminuídas, pois não fomos reconhecidas como uma pessoa que também sentiu e viu tudo ao seu redor ser destruído. É muito importante que essa luta continue e que todas as mulheres deem as mãos e reúnam suas forças”, finaliza Natália.



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code a seguir e confira os materiais produzidos sobre as atividades realizadas com as mulheres atingidas.



Foto: Miguel Araujo/ Cáritas Diocesana de Itabira

No Rio e através do Rio

Suas mãos conheciam a terra: plantava e colhia. Marizete preparava o alimento naquela cozinha ampla, com mesa grande para caber todo mundo. No quintal de casa, um córrego - que nutria a terra - oferecia o peixe e acolhia os banhos de quem quisesse se refrescar. Todos queriam. As histórias eram compartilhadas ali mesmo, no córrego ou no barzinho, que mais parecia a extensão da cozinha de casa.

O bar recebia familiares, amigos de longa data e também aqueles que se tornavam amigos em um fim de semana. O lugar era rota de pescadores e de turistas interessados em conhecer as águas do Rio Doce. Era festa e complemento de renda. Tudo ali, naquele pedacinho de mundo que era história viva de tanta gente. A história era contada na parede do bar, onde havia uma maquete localizando o Rio e cada casa da comunidade. Quem fez foi ele, Sr. João, dono de uma sensibilidade que se traduzia também nas poesias e nas músicas que compõe há tantos anos.

Marizete e Seu João sempre tiveram uma vida de luta: plantar, colher, pescar, cuidar do bar, do quintal e dos filhos. Tudo no Rio e através do Rio, sempre presenteados pela natureza ao redor.



Até que, em 2015, cerca de 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério foram despejados nesse Rio. A relação com o Rio mudou. Agora, já não se pode mais pescar ou nadar. O Rio já não é mais o lugar da fartura ou da diversão com a família, agora não se pode viver e sentir o sagrado dessas águas.





Foto: Júlia Militão/ Caritas Diocesana de Itabira

“Eu tinha de tudo, tudo eu plantava: cebola, alface, couve... Eu ainda tenho, mas não é tanto igual eu tinha. A gente plantava, dava pros outros, vendia. Eu vendia muita coisinha na rua. Hoje, não. Vai cada vez mais minguando. Servia pra pagar uma conta de luz, pra fazer uma compra. Muitas vezes eu fazia compras com o dinheiro das verduras e hoje acabou”.

A vida e a organização da renda mudaram - e não só para Marizete e Sr. João. Muitas vezes, os dois precisam escolher entre a diversidade do alimento ou as contas a serem pagas no mês seguinte. *“Porque se for comprar tudo, assim, verdura, legume e as coisas, o dinheiro ainda acaba que fica devendo pro outro mês ainda”.*

A natureza se manifestou: Marizete e Sr. João contam que, após o rompimento, as plantas começaram a “dar bichos” diferentes e surgiram animais que antes não eram comuns. Ao mesmo tempo, no Rio apareceu uma grande variedade de peixes mortos. *“Na época eles desceram mortos, né? Acabou o oxigênio da água e eles foram morrendo. Ficou aqueles trem tudo morto, aqui ninguém aguentava de fedor”*, relata João.

Como consequência, a roça deixou de crescer como antes e alguns animais morreram. Foi o que Marizete e João viveram na Comunidade da Biboca, em São José do Goiabal. Nas palavras de Sr. João, *“a barragem se rompeu fazendo destruição, matou peixe e criação e também nossos irmão”.*

Logo depois do dia 5 de novembro de 2015, o movimento na comunidade aumentou, mas já não eram mais os turistas de antes. Marizete conta que, nos primeiros dias que a lama passou pela comunidade, *“todo mundo falava, a zoeira, aqui encheu de carro, porque aqui tá perto do rio. Cinco minutos andando de galope, é dentro do Rio Doce. Aí juntou tudo, toda hora tinha gente do meio ambiente, gente de fora, policiamento, gente que a Samarco mandou, o chefe da Samarco”.*

Ao longo dos dias, aquela relação cotidiana com o Rio, as plantas e os animais, mudou drasticamente. *“Do rompimento para cá, mudou muito a relação com a pescada, de passeio no rio. Acabou”*, afirma Seu João.

Sem a água do Rio, Marizete perdeu a fartura e a diversidade de alimentos que sempre estiveram à mesa, para quem chegasse. Com isso, perdeu também uma fonte de renda.



Foto: Júlia Militão/ Caritas Diocesana de Itabira

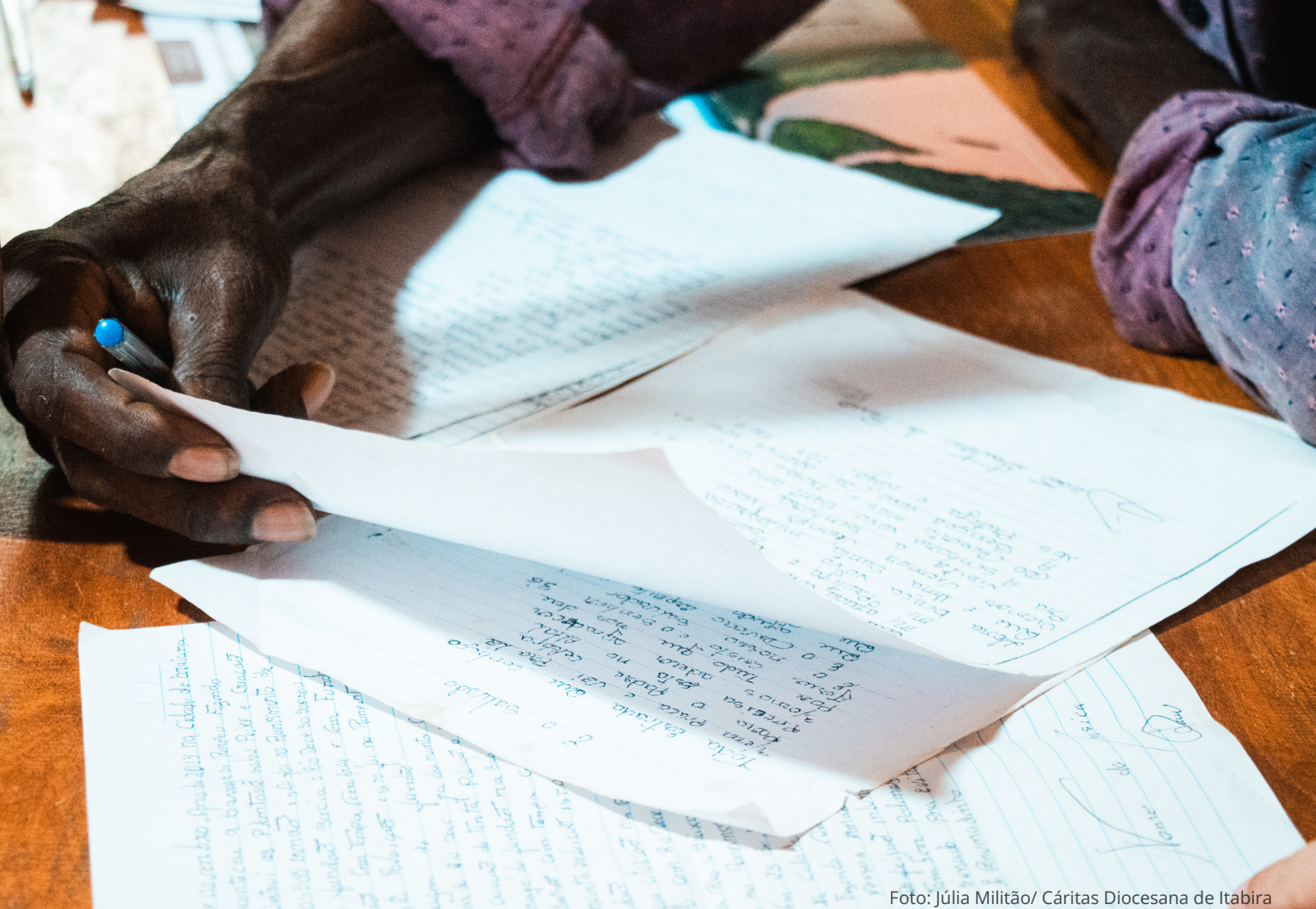


Foto: Júlia Militão/ Cáritas Diocesana de Itabira

Conviver há quase 10 anos com os danos causados pelo rompimento abriu, nessas pessoas, uma ferida que ainda não cicatrizou. Ao longo desses anos, o envelhecimento veio acompanhado pelo aumento do uso de remédios e das marcas que a lama deixou em suas vidas. Marizete afirma que passou a tomar remédios, e Sr. João, que sempre gostou de se aventurar com seus instrumentos, diz que perdeu a vontade de tocar sanfona.

"Nós batalha pra ver alguma melhoria pra nós"

Cada uma das mais de duas milhões de pessoas que vivem nos municípios atingidos, da nascente à foz, lida de maneiras diferentes com essa dor. Marizete tem mãos que conhecem a luta. Foi nela, por meio dos espaços da Comissão Local Municipal, que encontrou a motivação e a esperança para seguir buscando pela melhoria da vida da comunidade. *"Nós batalha pra ver alguma melhoria pra nós"*.

"A gente escreve aqui pra ficar registrado"

O Sr. João encontrou, na escrita, a forma de contar a história da Biboca para o mundo. Sua sensibilidade quer registrar e guardar na história o que foi e o que se tornou aquele lugar. Para ele, observador e reservado, a arte possibilita o registro daquilo que aconteceu e marcou a vida de tantas pessoas. Logo após o rompimento, ele reuniu as informações que tinha para fazer uma música. *"Eu resolvi escrever, porque aconteceu. A gente escreve aqui pra ficar registrado o que aconteceu, porque se uma pessoa não escreve, ninguém nunca vai saber. Então, tá escrito ali e vai ficar escrito ali. Pra registrar"*

A vida segue em um fluxo diferente, atravessada pelos problemas que o rompimento deixou. Aos poucos, a expectativa é de que o Rio se recupere e que as pessoas possam ter de volta parte da relação que tinham com ele, ainda que algumas marcas persistam.